

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
- NAEES -**

A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Artigo

Atria Luzia Nunes

Santa Maria, RS, BRASIL
2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
- NAEES -**

A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Elaborado por:

Atria Luzia Nunes

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação, do Curso Educação num Enfoque Globalizador

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sueli Menezes Pereira

Santa Maria, RS, Brasil
2006

A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

RESUMO

O presente trabalho constitui-se de uma pesquisa bibliográfica que se propõe a buscar informações sobre os fatos relacionados à educação primária no Brasil na Primeira República. Tendo em vista a organização social e política do país, cuja característica identificava uma república de estados independentes num momento de passagem de uma sociedade agrário-comercial para urbano-industrial, o objetivo da referida pesquisa é verificar a contribuição da escola primária para a construção da nacionalidade brasileira, tendo como ponto central a erradicação do analfabetismo no Brasil e a contribuição das políticas educacionais dos Estados para o desenvolvimento do país. Busca-se, verificar a importância da escola primária no sentido de romper os dogmas de uma educação voltada às elites, favorecendo um pensamento mais abrangente, possibilitando o acesso de todos ao mundo letrado. Os resultados da análise trazem, através das reformas educacionais dos Estados e da perspectiva nacionalista do período, um distanciamento do caminho fundamental para tentar diminuir o índice de analfabetos no país, incluindo o povo de uma forma igualitária nos princípios de cidadania perante a sociedade, tendo na Constituição Federal de 1891, um dos grandes entraves para estes propósitos, visto a centralização de recursos no Governo Federal e a priorização destes para o ensino médio e superior.

Palavras-Chave: Educação Primária. Primeira República. Nacionalismo.

ABSTRACT

The present work is constituted of a bibliographical research that intends to look for information on the facts related to the primary education in Brazil in the First Republic. Tends in view the social and political organization of the country, whose characteristic identified a republic of independent states in a moment of passage of an agrarian-commercial society for urban-industrial, the objective of the referred research is to verify the contribution of the elementary school for the construction of the Brazilian nationality, tends about central point the eradication of the illiteracy in Brasil and the contribution of the educational politics of States for the development of the country. It is looked for, to verify the importance of the elementary school in the sense of breaking the dogmas of an education returned to the elites, favoring an including thought, making possible the access of all to the learned world. The results of the analysis bring, through the educational reforms of States and of the nationalist perspective of the period, an estrangement of the fundamental road to try to reduce the illiterates' index in the country, including the people in an equalitarian way in the citizenship beginnings before the society, tends in the Federal Constitution of 1891, one of the great fetter for these purposes, sees the centralization of resources in the Federal Government and the priority of these for the medium and superior teaching.

Key-Words: Primary education. First Republic. Nationalism.

Introdução

Este texto trata da educação primária na Primeira República como resultado de uma pesquisa histórica, de caráter bibliográfico e tem por base identificar os fatores determinantes da realidade da escola elementar no período e sua importância para o projeto de desenvolvimento do país.

A relevância deste trabalho é tentar reconhecer nas origens historiográficas, as iniciativas dos Estados retratadas nas reformas da educação primária e suas repercussões na sociedade da época, para o que se faz necessária uma análise do período colonial, imperial, republicano considerado o contexto sócio-político, econômico e social e os interesses dominantes neste contexto.

Há de se considerar o sentimento nacionalista, que segundo Nagle (1974, p.45) multiplicarão nas direções mais variadas no decorrer da década dos anos vinte, no qual movia a sociedade naquele momento, acreditando na educação como fator preponderante para colocar o país no conjunto dos países desenvolvidos.

Os resultados de análise trazem, através das reformas educacionais dos Estados e da perspectiva nacionalista do período, um distanciamento do caminho fundamental para tentar diminuir o índice de analfabetos no país, incluindo o povo de uma forma igualitária nos princípios de cidadania perante a sociedade, tendo na Constituição Federal de 1891, um dos grandes entraves para estes propósitos, visto a centralização de recursos no Governo Federal e a priorização destes para o ensino médio e superior.

Isto implica em observar o papel do governo federal e sua responsabilidade com a educação das elites e seu descomprometimento com a educação do povo deixando os Estados à mercê de suas próprias possibilidades dificultando a realização do ensino primário como prioridade nacional, pois o mesmo está relacionado com o primeiro passo formal para a formação da cidadania. Estes são os elementos principais da análise da educação primária na I República a serem abordados no presente texto.

Sistema Educacional em Formação

Durante os primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil, o ensino havia ficado a cargo dos padres da Companhia de Jesus que recebiam a tarefa de catequizar e instruir os nativos, assim como a população que para cá se transferira. A leitura, a escrita e o cálculo não eram, de fato, os conteúdos próprios da instrução, base para a compreensão das Sagradas Escrituras, acesso ao catecismo, livros e cantos religiosos. Entender e acompanhar ativamente os ritos e os sacramentos era inicialmente o que os jesuítas faziam. Era mais uma instrução prática do que voltada para o saber teórico.

Logo depois, estrategicamente surgiram os seminários, ampliados, como instituições de ensino, nos quais atendiam os nativos que gostariam de seguir a vocação religiosa e também os estudantes leigos, permitindo prosseguir os estudos posteriores na Europa. Com isso pode-se dizer como Xavier (1994, p.46), que os jesuítas “passaram a ser, os formadores das elites e das lideranças da sociedade colonial”.

O predomínio da educação jesuítica no Brasil segundo Azevedo (1971) foram de aproximadamente 210 anos de estudos, até que o Marquês de Pombal expulsou todos os jesuítas, alegando que a Companhia de Jesus estava dominada pela ambição de poder e riquezas e que procurava manipular politicamente os governos a seu favor, indo contra os interesses nacionais. No Brasil, segundo Gadotti (2002, p.92) na época, existiam “36 missões, 25 residências, 18 estabelecimentos de ensino, localizados nos pontos mais importantes do país”.

Conforme Azevedo (1971), a expulsão dos jesuítas do Brasil representou a extinção de um sistema educacional que, mesmo estando a serviço da Igreja e das elites, era o que havia de educação na colônia.

Complementa Azevedo (1971, p. 18):

O que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir sua extensão.

Após estes acontecimentos, o Brasil segundo Azevedo (1971) esperou aproximadamente treze anos para recompor sua estrutura educacional. Somente em 1799 entraram em vigor e de forma precária as aulas “régias”, que eram disciplinas

isoladas, ministradas por mestres leigos, tendo como principal problema a falta de didática a ser aplicada aos alunos. Essas aulas, deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios. Através delas, de uma forma reduzida da população colonial, dava-se continuidade para a preparação de estudos posteriores na Europa. Assim, a preocupação com as escolas de primeiras letras, dá-se somente após a Independência.

Com a Proclamação da Independência e a fundação do Império em 1822, segundo Tobias (1972) novas idéias pedagógicas surgiram. Falava-se em educação popular devido à influência da Revolução Francesa e discutia-se o assunto na Assembléia Constituinte.

Desse acontecimento, conforme Bello (1957) resultou a Lei de 20 de outubro de 1823, a qual aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, enfatizando o princípio de liberdade do ensino sem restrições, criando escolas de primeiras letras para incluir o acesso de todos à educação.

Nesse contexto, Azevedo (1971, p. 572) completa:

O artigo 179 n XXII, da constituição outorgada pela Coroa, em 11 de dezembro de 1823, que garante a instrução primária gratuita a todos os cidadãos; e afinal, a lei de 15 de outubro de 1827, a única que em mais de um século se promulgou sobre o assunto para todo o país que determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades vilas e lugarejos.

Entretanto essa lei, (1823 outorgada em 1827) não foi muito eficiente na prática, devido a algumas causas nos setores econômicos, técnicos e políticos. O governo mostrou-se inapto para formular uma educação para as classes desfavorecidas e o próprio povo não lutou por este direito. Afinal o modo de produção, rudimentar, não exigia maiores conhecimentos ao trabalhador e isto facilitou a manutenção da educação voltada para as elites, especialmente a educação de nível superior.

Nascimento (1997, p.5) opina que:

O que, sem dúvida, interessava aos senhores, era o título superior, que somado á propriedade de terras, legitimava o exercício do poder político. Portanto a escola que realmente se revestia de importância era a escola superior.

Neste contexto a escola primária enfrentava todo tipo de problemas. Para tentar sanar algumas dessas dificuldades, por exemplo a falta de professores, surge a implantação do método Lancaster ou ensino mútuo, tendo como marca principal,

utilizar os alunos mais adiantados a incumbência de transmitir aos colegas os conhecimentos passados pelo professor, favorecendo através deste fator, o maior número de discentes aprendendo.

Segundo Azevedo, tal sistema fora erigido em “método oficial” e imposto a todas às escolas primárias do Império, devido á lei de 15 de outubro de 1827. Todavia, não demorou mais de 15 anos, até que o método lancasteriano fosse abandonado e se dissipassem todas as ilusões.

A partir de então, o sistema educacional em formação desde D. João sofreu uma quebra de unidade que viria a paralisar todos os esforços posteriores de unificação do ensino no Brasil com o Ato Adicional de 1834, que descentralizou o ensino básico, deixando sua organização ao encargo das assembléias provinciais. Passaram a coexistir dois sistemas: o federal e o provincial, ambos necessariamente incompletos, pois ao primeiro faltava o apoio das escolas primárias e secundárias, e ao segundo o complemento das escolas superiores. Disto, pode-se dizer com Santos que (1952, p.495), “com o ato adicional ficava eliminada a possibilidade de se conferir uma estrutura orgânica e unitária ao sistema educacional em formação”.

A descentralização do ensino primário e secundário criou pesado encargo para os recursos provinciais resultando na desorganização do sistema educacional do povo ficando o ensino primário excluído do sistema federal.

São muitas as contradições sociais e políticas de um país cuja economia se consolidava no modelo agrário-comercial e fazia as primeiras tentativas de industrialização. Debatem-se aí, os segmentos renovadores que aspiram pelos ideais liberais e positivistas da burguesia européia e as forças retrógradas da tradição agrário-escravocrata.

Como vemos, o poder da reação mantém o privilégio de classe, valorizando o ensino superior em detrimento dos demais, sobretudo o elementar, além é claro de não ter professores capacitados.

Segundo Ribeiro (1993, p. 47):

Mesmo as escolas de primeiras letras são em número reduzido como limitado, [...] era difícil encontrar pessoal preparado para o magistério, havia completa falta de amparo profissional, fazendo da carreira algo desinteressante e não motivando um aprimoramento constante, a população era mínima.

Esta situação é corroborada por Giles (1987, p.288), quando afirma: “em termos quantitativos, as escolas são poucas e os professores mal preparados”.

A República vai mudar muito pouco esta realidade, do que podemos dizer que, possivelmente, na prática, pouco valeu a passagem do Império para República sob o regime político. Nagle (1974) afirma que, permaneceu quase a mesma estrutura do poder, a mesma mentalidade os mesmos interesses, ou seja, a classe burguesa não se interessava pela escolarização popular.

O Contexto Educacional da Primeira República

A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 trouxe a 1ª Constituição Republicana do país, a Constituição de 1891 e, com ela, a consolidação da descentralização administrativa do Estado consolidando a independência dos Estados, aos moldes da descentralização imperial.

Conforme Dantas (1991, p.178):

[...] foi finalmente consagrado na Constituição, garantindo ampla autonomia aos estados, que doravante poderiam: ter sua própria constituição; eleger seus governantes, criar orçamentos e impostos votados pelas Assembléias estaduais.

Era um momento de aspirações de ideais federalistas com uma possível autonomia do país.

Na concepção de Netto (1970, p.133), a República surgiu sem traumas “e sem violência, como um amanhecer dourado, a república surgiu das ruínas do Império”. E assim completa Fausto (2002, p.139), ao afirmar que “a passagem do Império para a república foi quase um passeio”. Não houve uma transição radical.

Isto se justifica porque, ao iniciar o período Republicano, o Brasil atravessava uma fase de profundas transformações sociais, econômicas e políticas que já vinham se perpetuando desde o fim do Império. A abolição da escravatura, a organização do trabalho livre, o fluxo nas correntes migratórias, o surto crescente da indústria, são situações que criam uma atmosfera propícia aos grandes movimentos de renovação pedagógica e cultural, do que se pode entender que foi no período republicano que o país conquistou o caminho para a democracia colocando em questão os valores de nivelar os cidadãos através de um sistema educacional.

Com isso, a sociedade brasileira, com o incipiente processo de industrialização, iniciou sua passagem de sociedade agrário comercial para urbano industrial, os dois ciclos desta época, introduzindo novas idéias de pensamento.

A Constituição Republicana de 1891 vem atribuir aos Estados a manutenção do ensino primário organizando individualmente os seus sistemas escolares. A União através destes fatores, sem fixar as diretrizes de uma política educacional, sem garantir um planejamento unificado, deixa os Estados condicionados as suas próprias possibilidades econômicas e diferenciações regionais.

Esses dados são importantes para lembrar que os constituintes de 1891, que elaboraram a primeira carta republicana, não promoveram alterações substantivas em matéria de educação se comparado ao período imperial. Em nome do princípio federativo que regia os estados Unidos do Brasil, manteve-se a descentralização no campo educacional instituída em 1834. Coube aos estados e municípios a tarefa de criar e desenvolver uma rede pública de ensino primário e secundário, não havendo exclusões ao acesso à escola. À União, continuava cabendo apenas a responsabilidade pelo ensino superior.

Julgava-se que, pelo tamanho e a diversidade do território, a descentralização seria mais eficaz, mesmo considerando as desigualdades existentes entre os Estados.

Outros pontos levantados pela Constituição de 1891 foram a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino. A questão da gratuidade do ensino primário ficou como matéria de regulação das constituintes estaduais e era geralmente vista como um direito que os poderes públicos deveriam assegurar, embora se registrasse o grande peso econômico e político que tal encargo acarretava. Muitos estados a adotaram legalmente, embora isso estivesse longe de significar a adoção na prática, particularmente porque a responsabilidade era repassada aos municípios, cuja arrecadação era precária em contraste com o montante exigido pelo empreendimento. Quanto à obrigatoriedade, havia tanto os que a consideravam uma diretriz importante para a formação do cidadão republicano, quanto os que a viam como uma ameaça ao princípio de liberdade individual (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI, 2002).

No âmbito da república, a leitura e a escrita eram praticamente inexistentes. No Brasil prevalecia uma economia agrária onde a maioria da população vivia no campo para o que, o desenvolvimento do trabalho, não era requerido o domínio das letras. As crianças desde cedo acompanhavam suas famílias no trabalho e como diz Gomes, Pandolfi e Alberti (2002, p.392) “não ocorria apenas nas áreas rurais, pois

era comum que crianças de menos de 10 anos fossem empregadas em manufaturas nas cidades”.

Por isso, grande parte da população desfavorecida, necessitava ter os filhos perto de si, aprendendo um ofício, não gastando seu tempo em bancos escolares. No entanto, o sistema educacional das elites era, ao contrário, embasada em um modelo de educação de cunho positivista calcada em conhecimentos voltados para o ensino superior, moldando os filhos dos burgueses para assumir futuramente cargos elevados no poder.

A Constituição por sua vez, consolidou a escola como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado republicano, pautado pela necessidade de instauração de uma nova ordem política e social, possibilitando neste contexto, que a escola assumisse importante papel como instrumento propulsor para os “esclarecimentos das massas iletradas” no processo de modernização, considerando que um dos caminhos seguros para atingir tal meta, era o dos bancos escolares, a começar pela instrução primária.

Neste sentido, Romanelli (1991, p.45) opina:

A I República, teve um quadro de demanda educacional que caracterizou as necessidades sentidas pela população, e até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo. A permanência da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada a educação popular, fundava-se na estrutura e organização da sociedade. Foi somente quando essa estrutura começou a dar sinais de ruptura que a situação educacional principiou a tomar rumos diferentes.

Portanto, é dentro desta perspectiva histórica que se devem entender as diferenças que ocorreram voltadas à educação primária, não muito diferente do contexto atual vivido pela educação brasileira.

República e educação escolar estavam associadas à crença na civilização e no progresso que, com toda certeza, seria alcançado a despeito das dificuldades do caminho. Era a crença do sentimento nacionalismo que permeou a República desde sua primeira fase.

O nacionalismo

Os questionamentos perante o valor da educação do povo foram trazidos para o Brasil, baseados no desenvolvimento dos países Europeus. Os parâmetros

eram os exemplos de desenvolvimento da Revolução Industrial, que segundo Rioux (1975), aconteceu na Inglaterra e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo, proporcionando a iniciação do desenvolvimento capitalista, onde era necessário, exigir o domínio de técnicas de leitura e escrita como instrumento de ascensão social entre as pessoas e por interesse da própria indústria que carecia de mão obra qualificada para o trabalho nas máquinas.

Através destes fatores, desenvolve-se um sentimento de crença na educação como a solução para os problemas de desenvolvimento o que se configurou na história como um “otimismo pedagógico” apostando na educação do povo como condição de progresso aos moldes de um mundo moderno.

Que segundo Oliveira (2004, p.44):

Trazem à tona a discussão sobre as imensas desigualdades sociais no Brasil, insistindo na idéia de que a implantação das oportunidades escolares e a melhoria qualitativa do ensino determinaria a solução dos graves problemas sociais brasileiros e colocaria o Brasil entre as grandes nações do mundo. E a crença na reforma da sociedade pela reforma da escola.

Cria-se a idéia de um país nacional e com isto surge o forte movimento do denominado na historiografia de nacionalismo.

Para Teixeira (1969, p.320), o sentimento nacionalista “aguça em cada um o sentimento de justiça para com os demais habitantes do país, incorporando a participação de todos na vida nacional e fazendo crescer a coesão e a consciência de igualdade entre eles”.

A força deste movimento, que se transformou em sentimento nacional, cria, então, as Ligas Nacionalistas.

A Liga de Defesa Nacional é criada em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sendo este um dos mais importantes movimentos da época. Trazia dentre os seus objetivos: a defesa da alfabetização, da unidade nacional, a efetividade do voto, o desenvolvimento da educação cívica, da educação primária, secundária e profissional (NAGLE, 1974).

Outras instituições com semelhantes propósitos vieram juntar-se a Liga de Defesa como a Liga nacionalista do Brasil e as Ligas Estaduais.

A que mais obteve destaque foi a Liga Nacionalista de São Paulo que, dentre as suas idéias, preocupava-se em combater o analfabetismo, uma forma de ampliar

o quadro de eleitores, visto a exigência da Constituição de 1891 de proibição do voto do analfabeto.

Segundo Nagle, mais de 80% das pessoas eram analfabetas e, voltada para o direito do voto, seu principal argumento, enfatizava a mudança do poder político adquirido pelos cafeicultores através do voto.

Segundo Nagle (1974, p.49) “o voto obrigatório e secreto tornou-se, para os representantes da Liga, assunto de grande importância, pois nele residia a verdade da representação eleitoral” .

Por isso, a grande relevância de colocar em evidência estas questões nacionalistas, o que faz com que as Ligas Nacionalistas também defendam algumas mudanças relacionadas com as reformas da educação nos Estados. Afinal, para o nacionalismo, o país só cresceria e se colocaria ao nível das nações desenvolvidas pela educação.

A primeira alteração educacional ocorreu pela Reforma Sampaio Dória em São Paulo em 1920. Era uma reforma “estritamente política”, no dizer de Nagle. Propunha um ensino primário de dois anos, voltado exclusivamente para a alfabetização.

Esta reforma foi o principal fator que incentivou a ocorrência de outras nos demais Estados, entre elas: a reforma da Bahia de responsabilidade de Anísio Teixeira; a reforma do Ceará de responsabilidade de Lourenço Filho; a reforma Francisco Campos em Minas Gerais em 1927 voltada para a questão da qualidade e da democratização da escola primária. Salienta-se, também, a reforma Fernando Azevedo no Distrito Federal, cuja tendência era a defesa do ensino das elites. Também ocorrem as reformas gaúchas de instrução pública, sob responsabilidade de Protásio Alves em 1927 e de Oswaldo Aranha em 1929, as quais apresentavam modalidades diversificadas de formação e de atualização de professores primários. Além destas, também ocorrem reformas em outros Estados como a do Paraná (PEREIRA, 1999).

Estas Reformas representam uma mudança na educação brasileira, fazendo uma substituição de um modelo político para um modelo pedagógico, consolidando uma inversão em relação aos movimentos educacionais em formação.

Numa outra linha de objetivos, salientam-se, também, os movimentos nacionalistas católicos.

Com a instalação do Regime Republicano e com a Constituição de 1891 que separava a Igreja do Estado, foi barrado literalmente o ensino religioso das escolas, bem como assistência religiosa nos quartéis, nos hospitais e até mesmo nas prisões.

Os pensadores católicos preconizam a reintrodução do ensino religioso nas escolas por considerar que a verdadeira educação apenas pode ser aquela vinculada à visão moral cristã. Para eles, as escolas leigas passavam apenas de instrumento e não de educação como pregavam.

De acordo com Nagle (1974), surge em 1921 a revista “A Ordem” difundida por um grupo de intelectuais, que tinha como objetivo valorizar a doutrina católica. Conseqüentemente no ano seguinte é fundado o Centro D. Vital, que fazia críticas ao liberalismo em bases moralistas, exercendo uma influência satisfatória nas camadas intelectuais.

Fonzar (1989) complementa que a igreja aceita a República, mas por outro lado, rejeita o laicismo institucionalizado, lutando a favor de seus direitos cristãos.

Para Nagle (1974, p.59), como sociedade, o Centro D. Vital propõe-se “única e exclusivamente a ajudar o Episcopado Brasileiro na obra de recatolização da nossa intelectualidade, facilitando o conhecimento das doutrinas da Igreja e dos seus ideais na prática social deste momento”.

A igreja católica só vai obter êxito em 1932 com o apoio de Francisco Campos, então Ministro da Educação. Por meio dele, como diz Cury (1988, p. 17), “o ensino religioso facultativo é reintroduzido nas escolas públicas oficiais”. Buscava-se neste período a recomposição do poder político exaltando que as escolas oficiais deveriam inserir o ensino religioso dentre as disciplinas.

A sociedade de então, dominada basicamente pelas oligarquias rurais, carecia de um ensino que atendesse a maioria de seus cidadãos, sem restrições, sem privilégios e de boa qualidade.

Neste período entram no Brasil as idéias escolanovistas que, mesmo sem consistência teórica, dão o enfoque para mudanças na escola primária sob a idéia de educação moderna.

Escolanovismo no Brasil

O escolanovismo surgiu no final do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos como um movimento que se opunha às práticas pedagógicas até então tidas como tradicionais. Esse movimento visava uma educação que pudesse integrar o

indivíduo na sociedade e, ao mesmo tempo, estender a todo cidadão o acesso à escola (CUNHA, 2000). Era uma proposta de cunho liberal e que se justificava no contexto capitalista que se tornara dominante no mundo ocidental.

No Brasil o escolanovismo desenvolveu-se no momento em que o país passava por importantes mudanças no campo econômico, político e social. Estas mudanças provocaram conflitos de ordem política e social, ocasionando assim uma transformação significativa da mentalidade intelectual brasileira. Justamente a partir desses movimentos é que se expandiu o pensamento liberal e se propagou o movimento educacional renovador brasileiro, com base no ideário escolanovista.

As primeiras idéias liberais no Brasil, começaram a surgir desde o final do Império, no momento em que o país passava por uma transição tanto política quanto econômica, lutando para assumir de uma forma mais acabada de ordenação social capitalista.

O escolanovismo brasileiro está ligado ao entendimento de John Dewey¹, para o qual a educação é o único meio realmente efetivo para a construção de uma sociedade democrática, que respeite a individualidade de cada pessoa, inserindo-a em seu grupo social respeitando a sua condição de ser único, porém como parte integrante e participativa de um todo (CUNHA, 2000).

Segundo Nonnenmacher (2006), Dewey acreditava na necessidade de renovar a educação sendo o caminho certo o desenvolvimento social das pessoas.

Para Nonnenmacher (2006, p.2) tornou-se necessário que

[...] a educação não se colocasse à margem do progresso e do desenvolvimento, mas que fosse justamente o seu motor e andasse lado a lado com o desenvolvimento social, científico, tecnológico e econômico, promovendo o ser humano e adaptando-o às novas condições de vida, ao mesmo tempo que desenvolvesse habilidades e atitudes que permitissem ao educando a sua integração social, de acordo com os ideais de um sociedade democrática.

O ideal dos escolanovistas, no Brasil, buscava inserir novos métodos na educação possibilitando a retirada de adaptações retrógradas da escola tradicional, em evidência no período.

Para Nagle (1974), o pensamento da escola nova deveria remodelar os métodos, currículos, como também reconstruir as instituições existentes em prol de uma educação mais aberta e dinâmica.

¹ John Dewey (1859-1952), filósofo-educador norte-americano.

Nagle (1974, p.191) afirma que:

O esforço para reformar a instrução pública, se processa juntamente com o esforço para proceder a remodelação. Propõe-se o quadro da nova concepção de infância, quando se ressalta a importância das características do desenvolvimento “natural” do educando e, conseqüência todo o esforço se faz para alterar o papel do educador, a natureza do currículo, a noção de aprendizagem, os métodos e técnicas de ensinar-aprender, enfim, procura-se reconstruir todo o aspecto interno das instituições escolares.

As influências destas possíveis mudanças na educação, foram a base para as reformas da escola primária dos Estados que aconteceram nos anos 20, acima mencionadas, reformas bem intencionadas mas que não obtiveram sucesso. Sem os referenciais escolanovistas claramente interpretados e aplicados de modo informal acarretaram um fracasso inesperado.

Somente depois que Anísio Teixeira viaja aos EUA e se torna aluno de Dewey é que o ideário escolanovista entra no país de forma mais sistematizada.

Conforme Nagle (1974, p.251):

[...] no caso da atuação de Anísio Teixeira na instrução pública baiana, há uma particularidade que deve ser, ao menos, mencionada. No final de sua administração, e depois da viagem de estudos que fez aos Estados Unidos, alteram-se as suas idéias sobre a educação; nesse momento, adota sistematicamente os princípios do ideário escolanovista, de raízes deweyanas.

Destas perspectivas em diante, o escolanovismo vai ganhar forças no início da Segunda República, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que defendia, segundo Aranha (1988), uma educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como um dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional.

Com isto pode-se dizer que a Primeira República, voltada para o nacionalismo pouco avançou em matéria de educação primária nos Estados, tanto em termos qualitativos como quantitativos com o agravante de serem os Estados independentes e se manterem as diferenças regionais e o descaso do Governo Federal com a educação primária.

Considerações finais

Com os fatos ocorridos na Primeira República pode-se perceber que houve tentativas em relação a ampliação e melhoria da escola primária, no sentido de erradicar o analfabetismo e fazer da educação a chave para o progresso.

O que contribuiu para as poucas mudanças a chamar atenção para a educação, foram os movimentos nacionalistas, os quais colaboraram para divulgar o processo de alfabetização da época.

Com a introdução dos princípios escolanovistas no país, surge a valorização da escola primária voltada para um ensino que contemplasse também as classes populares, favorecendo a escolarização a todos.

Desse ponto de vista, os processos de ensinar a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização de crianças se apresentam como um momento de passagem para um mundo novo que instaura novas formas de relação dos sujeitos entre si possibilitando novos caminhos e direitos. São apropriadas as palavras mostradas por Xavier (1994, p.15), quando afirma que “a leitura e a escrita constituem-se em importantes canais de comunicação entre as pessoas, todas elas têm direito ao acesso a esses canais. E, na medida em que uns sabem e outros não, cria-se um ambiente de desigualdade”.

A análise atual dessas idéias sobre a educação sugere que o processo de ensino elementar faz parte do direito de todas as crianças, jovens e adultos de ingressarem no mundo da cultura letrada sendo resgatadas do processo de exclusão social, condicionadas para enfrentar as adversidades do mundo contemporâneo.

Neste sentido percebe-se que com a orientação inicial dos jesuítas, primeiros educadores do Brasil, ainda na colônia, a educação foi se moldando continuamente, apesar do Governo Federal não estar interessado pelo ensino primário, focalizado somente no ensino superior.

Com a Constituição de 1891, através dos tempos ocorreram novas construções, métodos, teorias, que ainda fazem parte e continuam transformando e construindo o sistema educacional brasileiro.

A escola é uma força que poderá romper todas as barreiras, pois os alunos ao serem inseridos nesse meio, recebem a oportunidade de aprender coisas novas, além é claro, de desenvolver tanto seu aprimoramento intelectual como moral, elaborando com esse crescimento, a formação de uma consciência clara, integrando-se naturalmente ao ambiente escolar e à vida na sociedade.

Essas afirmações traduzem a inteira percepção da educação fundamental como direito da cidadania e advertir-nos para a necessidade de assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas relacionadas ao direito de educar.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria L. Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1998.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BELLO, Ruy Ayres. **Pequena história da educação**. São Paulo: S/A, 1957.

CUNHA, M. V. John Dewey: a outra face da Escola Nova no Brasil. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, P. (org.). **O que é filosofia da educação?**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1988.

DANTAS, José. **História do Brasil das origens aos dias atuais**. São Paulo: Moderna, 1991.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

FONZAR, Jair. **Pequena história da educação brasileira: tradicionalismo e modernismo**. Curitiba: Scientia & labor, 1989.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2002.

GILES, Thomas R. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Terezinha Ribeiro. **Pedagogia liberal modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira na república**. Campinas: Autores Associados, 1997.

NETTO, Coelho. **Breviário cívico**. Rio de Janeiro: Científica, 1970.

NONNENMACHER, S.; PEREIRA, V. L. **John L. Dewey e Paulo Freire: algumas comparações sobre suas idéias**. Mestrado em Educação. UFSM, SM, 2006. mimeo.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade. **Legislação e educação**: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República – 1889/1930. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2004.

PEREIRA, Sueli Menezes. **Implicações modernas na formação do professor primário no Brasil**: A Década de 1920. Tese (Doutorado) Santa Maria: UFSM, 1999.

RIBEIRO, Maria. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, Otaísa. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

RIoux, Pierre. J. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Thomson Learning, 1975.

SANTOS, Theobaldo. M. **Noções de história da educação**. São Paulo: Nacional, 1952.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. São Paulo: Nacional, 1969.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. São Paulo: Juriscredi, 1972.

XAVIER, Maria Elizabete. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.